

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Relatório de Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Indepe elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Neste exercício, a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. "ViaMobilidade Linhas 8 e 9" ou "Companhia") continuou enfatizando a implementação do seu modelo de gestão operacional, focando em boas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, como sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no cliente, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto, da mobilidade e da fluidez da sua linha de trem. 1.2. Apresentação: A Concessionária das Linhas de indontidade e un induez da san inima de tieria. 1.2. Apiresentação: Acontecisionaria das climas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A., com sede em São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação, modernização e ampliação das instalações existentes, e aquisição de material ordante, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados de transporte público de passageiros das Linhas 8 - Diamante e Linha 9 - Esmeralda. **1.3. Contrato** de concessão: A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de ue concessão en 30 de junho de 2021. A ON Trilhos - Administração e Participações S.A. ("ON Trilhos"), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de exploração de atividades alternativas, complementares, acessórias ou projetos associados e as receitas comerciais da Concessionária. A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial das Linhas: 8 - Diamante e 9 Esmeralda, que ocorreu em 27 de janeiro de 2022. Fase Pré-Operacional: Iniciou-se a partir da assinatura do Contrato (30 de junho de 2021) e teve duração de 210 dias, com o objetivo de capacitar a Companhia para a assunção do Serviço Concedido e lhe transferir a Infraestrutura existente. A Fase Pré-Operacional foi dividida nas seguintes etapas: • 1° ao 60° dia: capacitação dos multiplicadores, desenvolvimento de sistema de gestão e de manutenção, entrega dos rojetos, manuais e documentação técnica, constituição do 1º Comitê de Convivência: • 61° ao 150° dia: capacitação dos colaboradores da Companhia pelos multiplicadores, desenvolvim entrega dos planos de operação, manutenção e seguros, avaliação do inventário; • 151° ao 210º día: operação e manutenção do trecho operacional, recebimento final do inventário dos bens disponibilizados à Companhia, implantação do modelo estratégico e do plano operacional

2. Desempenho econômico-financeiro			
Em R\$ mil	2022	2021	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	1.000.961	16.261	
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	852.454	-	100,00%
- Outras receitas	852.454	-	100,00%
Deduções da receita bruta	(32.706)	-	100,00%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	819.748	-	100,00%
(+) Receita de construção	148.507	16.261	813,27%
Custos e despesas (a)	(668.921)	(30.392)	2.100,98%
- Depreciação e amortização	(27.636)	-	100,00%
- Servicos de terceiros	(127.068)	(3.088)	4.014,90%
- Custo com pessoal	(220.314)	(11.001)	1.902,67%
- Custo de construção	(148.507)	(16.261)	813,27%
- Outros custos e resultados operacionais	(145.396)	(42)	346.080,95%
EBIT ajustado	299.334	(14.131)	2.218,28%
(+) Resultado de equivalência patrimonial	4.176	-	100,00%
EBIT (b)	303.510	(14.131)	2.247,83%
Margem EBIT	0.3091	(0.8690)	135,57%
(+) Depreciação e amortização	27.636	-	100,00%
EBITDÁ (b)	331.146	(14.131)	2.443,40%
Margem EBITDA	0,3420	(0.8690)	139,96%
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(4.176)	-	100,00%
EBITDA ajustado (c)	326.970	(14.131)	2.413,85%
Resultado financeiro líquido	(208.434)	(60.663)	243,59%
Resultado de equivalência patrimonial	4.176	-	100,00%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda & contribuição social	95.076	(74.794)	227,12%
Imposto de renda e contribuição social	(30.367)	25.280	220,12%
Lucro (Prejuízo) líquido	64.709	(49.514)	230,69%
Endividamento bruto (d)	2.801.319	1.657.748	68,98%
Investimentos (caixa)	798.217	453.430	76,04%
a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por s	ua natureza)	são aprese	ntados nas de-
monstrações financeiras da Companhia, por função nos seguint	es grupos: cu	usto dos ben	s e/ou serviços

prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais. (b) A margem EBIT ajus tada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no bens disponibilizados à Companhia, implantação do modelo estratégico e do plano operacional contrapartida afefa os custos totais. (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no e de manutenção. Durante esse exercício não houve remuneração de tarifa. Neste contrato estão previstos os seguintes investimentos obrigatórios por parte da Companhia: • Reforma ou atoma polição de 36 estações (Atendimento Normas de Acessibilidade, NRS, AVCB); • Construção da Setação Ambuitá; • Readequação do Pátio Presidente Altino; • Construção da 3 novas instalações para a CPTM; • Aquisição 36 trens novos (288 carros) - Primeiro trem disponível no 18º més após assinatura do Contrato de concessão; • Aquisição de veículos auxiliares e equipamentos de manutenção; • Infraestrutura de circulação (Va Permanente/Rede Aérea em Osasco, Energia, Telecom e Sinalização); • Erradicação de quase todas as passagens em nível.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

incorrendo juros apenas de 06 meses. para pagamento da outorga e investimentos iniciais. Em julho de 2022 foi realizada uma captação de debênture de R\$ 850.000 mil ao custo de CDI + 1,56% a.a. para complemento de investimentos e capital de giro. Ambos os contratos incidem juros em CDI o qual teve um aumento expressivo de um ano para o outro, impactando o resultado financeiro. Imposto de renda e contribuição social: Major volume de impostos apurados, decorrente do crescimento dos resultados do exercício. **Învestimentos:** Postergações de alguns investimentos, sendo os principais impactos no forne-cimento de material rodante atrelado ao contrato Alstom e Siemens Sinalização e Energia, devido a atrasos nas entregas por parte dos fornecedores, negociações e análises internas das áreas 3. Estratégia e gestão: 3.1. Governança corporativa: A Companhia possui estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Directoria Executiva. A compossição da alta gestão busca valorizar o equilibrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovamendidas de forma coletiva. 3.2. Gestão de pessoas: A Companhia acredita na capacidade criativa, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva. 32. Gestão de pessoas: A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsidios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira solida e responsável. A Companhia desenvolveu al novas soluções de aprendizagem e aplicou 244 temas na totalidade, atnigindo 2.572 colaboradores durante o ano de 2022. 33. Sustentabilidade: A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tem a estratégico do Crupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os megócios e é fordalecida por uma estrutura de gesta de dicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade corra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e partocinios a porietos socioambientais. A definição da estatégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e LSG e do Conselho de A ria Executiva, do Comité de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientals é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. • Código de Etica; • Política do Meio Ambiente, • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa. Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Covernança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ fi. Visando a transparência de suasa ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comité Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse

ting initiative (GRI). Para ler edição mais recente do Relatorio F	anuai e di	e su	istentabilida	ide acesse	
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em (Em milhares de Reais)	31 de de	zen	nbro de 202	22 e 2021	
(Em minutos de risaris)	N	ota	2022	2021	_
Receita operacional		17	968.255	16.261	Flu
Custos dos serviços prestados		1,	300.233	10.201	Li
Custo de construção			(148.507)	(16.261)	-
Depreciação e amortização	11.12 e	132		(10.201)	
Serviços	11,120	104	(100.299)	(678)	
Custo com pessoal			(183.238)	(5.388)	
Materiais, equipamentos e veículos			(42.067)	(5.255)	
Energia elétrica			(71.677)	(0.200)	
Seguros			(7.155)	_	
Abastecimento de água			(6.702)		
Operação assistida			2.074	6.070	
Outros			(9.230)	(261)	
04100			(592.328)	(21.773)	
Lucro (prejuízo) bruto			375.927	(5.512)	
Despesas gerais e administrativas			070.027	(0.012)	
Servicos			(26,769)	(2.410)	
Despesas com pessoal			(37.076)	(5.613)	٧
Materiais, equipamentos e veículos			(3.127)	(482)	
Depreciação e amortização	11.12 e	13a		(102)	
Aluguéis de imóveis e condomínios	11,120	100	(2.660)	_	
Outros			(4.852)	(114)	
041100			(76.593)	(8.619)	
Resultado de equivalência patrimonial			4.176	-	
Resultado antes do resultado financeiro			303.510	(14.131)	
Resultado financeiro		18	(208.434)	(60.663)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição	social	-0	95.076	(74.794)	
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos		8a	(30.367)	25.280	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	64.709	(49.514)	
As notas explicativas são parte integrante das demo	nstrações	fina		1.0.01-1/	

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	95.076 (74.794) 8a (30.367) 25.280	AL
Lucro líquido (prejuízo) do exercício As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõ	64.709 (49.514) es financeiras.	(
Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (F
	<u> 2022</u> <u>2021</u>	Ċ
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	64.709 (49.514)	Caix
Outros resultados abrangentes		Flux
ltens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		Aqı Adi
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	1.628 -	Aur
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(553) -	Adi Apl
Total do resultado abrangente do exercício	65.784 (49.514)	Caix
As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõ	es financeiras.	Class

desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação, **g) Estoque**: Os estoques estão compostos na forma de materiais de manutenção a serem consumidos no processo de prestação de serviços, são men-surados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais e em condições de utilização. O custo dos estoques é baseado no princípio no custo médio ponderado. h) Ativo imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ods ut rebulga or ano recuperaver (impariment) ecunidados; quanto recessanto os custos da ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuliveis à aquisição/cons-trução dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e qua sisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, trução dos artivos, inclusidos clasicos dos materiaiss, de mão de orda otreta e quarsquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos beneficios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado purados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados beneficios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstrados nas nastas explicativas nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercicio social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. I) Ativos intangíveis: § Direito de usos e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias trados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura contirme descrito no tem "p": Os ativos em fase de construção aco lassificados como infraestrura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Compa-nhia efetua o teste de valor recuperável. *j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):* nhia efetua o teste de valor recuperável. *I) Redução ao valor recuperável de ativos (limpairment):*• Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda de ativos financeiros ar receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um periodo mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, as omensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são credito esperadas. crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quanti-tativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). As perdas de crédito esperadas são esti-mativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As per-das de crédito esperadas São descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contabili bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda esta sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaited*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários, do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e requi-PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequi-líbrio. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança do, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado. Iguido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. KI Provisões: Uma provisão é re-conhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não forma-lizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira con-fiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de im-postos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. So custos financeiros incorridos são registrados no resultado. IJ Recei-tas e despesas financeiras. Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos fi-nanceiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam nanceiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconheci-dos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. *m) Beneficios a empre*ous no restrictio de exercicio del mase no metor de del contribuição definida é um plano de benefi-cios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados de benefícios à empregados no resultado nos exercicios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. 8º Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despessa conforme o serviço relacionado seja prestado. nº Imposto de renda e contribuição social. O impos-to de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líqui-do. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido com re-lação às diferenças temporárias entre os valores contábesi de ativos e passivos praf inss contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas aliquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas aliquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações
podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano
em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda,
lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo
de imposto de renda e contribuição social difierido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutiveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação
estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos
lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo
técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas
por condições futuras esperadas da economia e do mercado, alem de premissas de crescimento da
receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas pretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e pre-

http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios. 3.4. Iniciativas voluntárias: O Grupo CCR pa ticipa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pele esfore para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhi adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 1 aduet sas: * Factu oudat forgalização das Nações únidas - rovo; iniciativa de orivo que disseniment princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabi-lidade. * Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. * Carbon Disclosure Program (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Ga-ses do Efeito Esturá) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. * Cloba Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas inses do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Relato Integrado (IRIC): o principal objetivo desse tramework é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. 3.5. Instituto CCR; o Intituto CCR; o Tompo, em diferentes tipos de capitais. 3.5. Instituto CGR; o Tompo, em direntes tipos de capitais. 3.5. Instituto CGR; o Tomporcionando a transformação social nas regiões onde atua. Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociciistas, passageiros, cicilstas e clientes de metró somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saíba mais em www.institutocer.com.br. 3.6. Campanhas e exposições: Em 2022 foram realizadas 128 exposições e 310 campanhas de engajamento, totalizando 438 ações, com apoio de parceiros, ONGs e institutições, des realizadas por meio de incentivo direto da Concessionária. Destacamos abaixo algumas das exposições e doses realizadas em 2022. • Oltos que sortem; • Nipertensão Arterial Sistêmica; • Biblioteca do Olhar. • Olhares que Acolhem; • Colesterol; • Alzheimer; • Mais florestas. Menos carbono; • Nas Asas da Conservação. Foram realizadas 310 campanhas de engajamento em parcería com instituições, órgãos ou empresas, beneficiando a população, entre as quais cilamos: • Doação de Mechas de Cabelo; • Dia Mundial da Darqa; • Dia Mundial da Câmcer de Varir; • Dia Mundial da Hipertensão; • Dia Mundial

volvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. 4.2 Auditores Independentes: Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gereincidas e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

São Paulo, 9 de março de 2023.

A Administração

Demonstrações dos Russos de caiva - Método indireto.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indire para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em	milhares de	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período Ajustes por:	64.709	(49.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.230	(25.280)
Depreciação e amortização	27.573	(20.200)
Depreciação - direito de uso em arrendamento	63	_
Juros sobre debêntures	297.522	66.454
Capitalização de custos de debêntures	(64.639)	(10.804)
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	240	(10.004)
Comissão de fianças	27.669	
Equivalência patrimonial	(4.176)	
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(147)	-
	(147)	-
Atualízação monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	27	-
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	(7.542)	-
Rendimento de aplicação financeira	207.520	(10.144)
V!#	367.530	(19.144)
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos	(4.714)	(1.010)
Contas a receber - partes relacionadas	(4.714)	(1.219)
Contas a receber do Poder Concedente	(163.617)	
Tributos a recuperar	(18.651)	(2.194)
Adiantamento a fornecedores	(46.492)	(178)
Recebimento do contas a receber do Poder Concedente	128.185	-
Estoques (materiais sobressalentes)	(91.923)	(5.158)
Despesas antecipadas e outros créditos	(19.000)	(604)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	33.329	6.910
Fornecedores - partes relacionadas	(10.242)	19.516
Obrigações sociais e trabalhistas	16.445	26.293
Impostos e contribuições a recolher	15.721	289
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(10.920)	-
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(210)	-
Outras contas a pagar	4.602	1
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	200.043	24.512
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(6.461)	(13.300)
Adições ao ativo intangível		(1.430.172)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	(1)	-
Adiantamento para fututo aumento de capital - partes relacionadas	ĺ	(1)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7.542	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(786.791)	(1.443.473)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Arrendamento		
Pagamento de principal	(79)	-
Debêntures	**	
Captações (líquidas dos custos de transação)	846.049	1.591.294
Liquidação de operações com derivativos	28	-
Integralização de capital social	27.979	66.010
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	873.977	1.657.304
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	287.229	238.343
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	LOTILLO	200.040
No início do exercício	238.343	
No final do exercício	525.572	238.343
TO TITLE GO ONOTOTOTO	287.229	238.343
As notas explicativas são parte integrante das demonstra	acões finan	reiras
As notas expircativas sau parte integrante das demonstra		

nao arete nem o iucro ou prejuizo tributavei nem o resultado contant; e • Interenças temporarias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. o Diverto da comcessão. En consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - contratos de concessão, é adotada a prática contâbil de ativar o preço da delegação do serviço público pago ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 1212, p. J Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de intrapestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC de infraestrutura - ICPC 01 (R1)- À infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque contrato de concessão preve âpenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir (e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construida ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo intangival a medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo intangival no concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecemento inicial e de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicia após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços o construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangíve então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de expl ração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pel custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a ess ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considera do-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado d exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização a) Arrendamento: O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento a) Arrendamento: O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No inicio de um contrato, a Companhia avalia se um contrato ha contente um arrendamento. Um contrato ha contente um arrendamento, experimento de tempo em tros a de contraprestação. No inicio ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, execto para a rendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de inicio de um arrendamento, o arrendatório reconhece os passivos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso dos ativos de direito de uso dos ativos de direito de uso so qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo da ativos de direito de uso fucilu o valor fos passivos de parandamento. O custos direitos de citerito de uso fucilu o valor fos passivos de parandamento. O custos direitos en citerito de uso fucilu o valor fos passivos de parandamento ma concenhecidos, custos direitos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de inicio, menos os eveniniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os ever tuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmer te, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) paga-mentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice o taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias di valor residual; (iv) preço de exercício da opção de compra se o arrendatário extiver razoavalmento certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o praz do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente a valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo di direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não direito de uso tiver sido reduzido a zero. À Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso de arrendamento" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de inicio porque a taxa de jurio implicita no arrendamento não é facilimente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de inicio, o valor do passivo de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento feremensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determínar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhila não é o borigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamentos. que é um arrendador, execto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 13. n/dução de norras novas e afrações: A Compania adotou, nicialmente, a partir de 1º da jandução de norras novas e afrações: A Compania adotou, nicialmente, a partir de 1º da jandução de norras novas e afrações: A Compania adotou, nicialmente, a partir de 1º da jandução de 2022, as novas norras abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022. • Beneficios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendadários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 66) após 30 de junho de 2021. A alteração estrendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer reduçã nos pagamentos de arrendamento altele apenas os pagamentos originalmente devidos em ou anie de 30 de junho de 2022. • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações a CPC 25): As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa d custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi consider do tanto so custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custo que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas contratos en que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de je contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de je que se relacionam interlamente ou routinjumiento ou comitanto. Na atteraques aou returva para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022. • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15: As alterações atuatizaram o expediente da norma para que se refira à Estrutura Conceitual de 1989, adiciona um requisito de que, para transações o outros eventos dentro do escopo do CPC 15, um adquirente aplique o CPC 15 (em vez da Estrutura Conceitual) para identificar os passivos que assumiu em uma combinação de negócios; adiciona uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. 3/ Novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas a alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC23; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 32. • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); • Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback - alterações ao CPC 06; • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36. • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36; • Venda ou contribuição de contribui

exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras o Valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (83 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. <u>Operações de swap de juros</u>. Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base octações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (83 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes niveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes)

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)									
Ativo Nota	2022	2021	Passivo			Nota	2022	2021	
Circulante			Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	525.572	238.343	Debêntures			14	2.801.319	-	
Contas a receber do Poder Concedente 7	35,432	-	Fornecedores				43.704	6.906	
Contas a receber - partes relacionadas	5.933		Fornecedores -	 partes relacior 	nadas	9	36.944	19.517	
Tributos a recuperar	20.845		Impostos e cor	ntribuições a re	colher		5.398	289	
Contas a receber - operações com derivativos	1.600		Obrigações so	ciais e trabalhis	stas	15	42.207	26.095	
Dividendos	1.044		Passivo de arr	rendamento		13b	61	-	
Despesas antecipadas	18.898		Dividentos e ju	uros sobre capit	al próprio		3.609	-	
Adiantamento a fornecedores	46.670						4.547	1	
Estoques (materiais sobressalentes)	96.207		Total do passi	vo circulante			2.937.789	52.808	
Outros créditos	706		Não circulante						
Total do ativo circulante	752.907		Debêntures			14	-	1.657.748	
Não circulante	132.301	247.030	Fornecedores				271	3	
Realizável a longo prazo			Passivo de arre	ndamento		13b	220	-	
Impostos diferidos 86		25.280	Obrigações soci	iais e trabalhist	as	15	531	198	
Estoques (materiais sobressalentes)	874		Impostos diferio	dos		8b	1.503	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		1	Provisão para ri				31	-	
Total do ativo não circulante	874	25.281	Outras obrigaçõ	čes			<u>56</u>	_	
			Total do passiv				2.612	1.657.949	
Investimentos 10 Imobilizado 11			Patrimônio líqui	do					
			Capital social			16a	93.989	66.010	
Intangível 12			Reserva de lucr				11.278	-	
Infraestrutura em construção			Lucros (prejuízo				-	(49.514)	
Direito de uso de arrendamento 13a			Ajustes de aval	iação patrimoni	al		1.075	-	
Total do ativo não circulante	2.293.836	1.479.557					106.342	16.496	
Total do ativo	3.046.743		Total do passivo				3.046.743	1.727.253	
As notas	explicativas :	são parte integ	grante das demonst	trações financei	ras.				
Demonstrações das mutações do patrimo	ônio líguido p	ara os exercío	cios findos em 31 d	le dezembro de	2022 e 2021 (Em mil	hares de Reais)			
		Capital soc		a de lucros					
		0 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11		Reserva de	(Prejuízos) lucros	Ajustes de aval	iação		
	Nota_Sub	scrito A int	egralizar Legal	lucros	acumulados	patrin		Total	
Constituição com integralização de capital em 21 de maio de 2021		10		-	-		-	10	
Aumento de capital social em 14 de junho de 2021	3	19.990	(319.990) -	-			-	_	
Integralização de capital em 18 de junho de 2021		-	52.800 -	-			-	52.800	
Integralização de capital em 21 de junho de 2021		-	13.200 -	-	-		-	13.200	
Prejuízo líquido do exercício			-		(49.514)		-	(49.514)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)										
Capital social Reserva de lucros										
	Nota <u>Sı</u>	ubscrito _	A integralizar	Legal	Reserva de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Constituição com integralização de capital em 21 de maio de 2021 Aumento de capital social em 14 de junho de 2021	;	10 319.990	(319.990)	-	-		-	10		
Integralização de capital em 18 de junho de 2021 Integralização de capital em 21 de junho de 2021		-	52.800 13.200	-	-			52.800 13.200		
Prejuízo líquido do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	320.000	(253.990)			(49.514) (49.514)		(49.514) 16.496		
Integralização de capital em 29 de junho de 2022 Lucro líquido do exercício	_	-	27.979		=	64.709	-	27.979 64.709		
Outros resultados abrangentes Destinações:		-	-	-	-	-	1.075	1.074		
Reserva legal	16b	-	-	760	-	(760)	-	(1.004)		
Dividendo mínimo obrigatório Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2022 (líquido)	16e 16g	-		-		(1.864) (1.745)	-	(1.864) (1.745)		
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2022 (IRRF) Reserva de retenção de lucros	16g 16c				10.518	(308) (10.518)		(308)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022 As notas :		320.000 s são part	(226.011) e integrante das	760 demonstr	10.518 rações financei	ras.	1.075	106.342		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)										

le Sao Paulo SA. ("Companhia" ou "Concessionalar das China's ce 3 du sistema de Treis metuplointaine de São Paulo SA. ("Companhia" ou "Concessionaria"), com sede na Rua General Manoel de Azambuja Brilhante, n.º 55, São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, motamutenção e conservação, modernização e ampliação das instalações existentes, e aquisição de material rodante, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados de transporte público de passageiros das Linhas 8 - Diamante e Linha 9 - Esmeralda. A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de concessão Esmeralda. A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e assinou o contrato de concessão em 30 de junho de 2021. A concessão tem prazo de 30 anos, contados a partir da data da emissão de Ordem de Início da Operação Comercial das Linhas. 8 - Diamante e 9 - Esmeralda, que cocreu em 27 de janeiro de 2022. A ÔN Trilhos - Administração e Participações S.A. ("ON Trilhos"), subsidiária integral, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com o objetivo de explorar as receitas comerciais da Companhia. Em 3 de janeiro de 2022, iniciaram-se suas atividades. Fase Pré-Operacional: Iniciou-se a partir da assinatura do contrato (30 de junho de 2021) e teve duração de 210 dias, com o objetivo de capacitar a Concessionária para a assunção do serviço concedido e lhe transferir a infraestrutura existente. A Fase Pré-Operacional foi dividida nas seguintes etapas. • 1° ao 60° dia: capacitação dos multiplicadores, desenvolvimento de sistema de gestão e de manutenção, entrega dos projetos, manuais e documentação técnica, constituição do Comitê de Convivência (grupo composto por representantes da CMCP, da CPTM e da Concessionária, responsável por tatar as interfaces inerentes à operação do Sistema Metroviário, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados, compreendendo a definição de solução procedimental para questões técnicas e de aspectos técnico operacionais): • 61° ao 150° dia: capacitação dos colaboradores da Concessionária pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de colaboradores da Concessionária pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de calabiradores da Concessionária pelos multiplicadores, desenvolvimento e entrega dos planos de operação, manutenção e seguros, avaliação do inventário; **= 151° ao 210° dia**: operação e manu-enção do trecho operacional, recebimento final do inventário dos bens disponibilizados à Concessionária, implantação do modelo estratégico e do plano operacional e de manutenção. Durante esse ercício não houve remuneração de tarifa. Neste contrato estão previstos os seguintes investimenos obrigatórios por parte da Concessionária: ● Reforma ou ampliação de 36 estações (Atendimento Iormas de Acessibilidade, NRs, AVCB); ● Construção da estação Ambuitá; ● Readequação do Pátio Presidente Altino; • Construção de 3 novas instalações para a CPTM; • Aquisição de 36 trens novos 280 acros) - primeiro trem disponível no 18º més após assinatura do contrato de concessão; • Quisição de veículos auxiliares e equipamentos de manutenção; • Infraestrutura de circulação (Via Permanente/Rede Aérea em Osasco, Energia, Telecom e Sinalização); e • Erradicação de quase todas as passagens em nível. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocarrida ons diffunso cinco anos do prazo de concessão, 2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação 2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR SA. Já apresenta demonstrações consolidadas. Em 9 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho da Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. Base de mensuração. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação. Sa demonstrações financeiras que que a moeda funcional da Companhia. lemonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia odos os sáldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar nais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisque as articações reconhecidas no execució em que as estimatoras são revisadas e em quasivas exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas con-tábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3p - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangivel - ICPC (RI). As incertezas sobre as premissas e estimativas rele-

Bo Impostos diferidos
Intangível e infraestrutura em construção
Intermientos financeiros mensuradas a valor justo
3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) Investimentos: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia pola de a desta de data de ma que a Companhia pola de a desta de câmbio da data do techamento. Ativos e passivos momeda estrangeira: Ativos e passivos mometários em moeda estrangeira a taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas da sta sa datas da sa datas da valiação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto as diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes. *c) Receitas de* contratos com clientes: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas lecorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou servicos para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes: (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato: (3) determinação do orreço de transação, (4) alocação do a vongulor. La transação para obrigações de preso de transação para obrigações de performance e; (5) reco necesar de receita. As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuá rios/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconheci rios/clientes do metró. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da presta serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução fisica do trabalhos contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço. Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. *O Instrumentos financeiros*: Reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro são reconhecidos inicialmente manceiro são momponente de financiamento significativo pou passivo financeiro são reconhecidos inicialmente manceiro são reconhecidos inicialmente manceiro são reconhecidos inicialmente manceiro são manceiro são reconhecidos inicialmente manceiro são nicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. <u>Classificação e mensuração subsequente. Ativos financeiros,</u> No reconhecimen-to inicial, um ativo financeiro é classificado como emesurado: ao custo amortizado, ao VJORA - ins-trumento de divida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do periodo de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VIR. • é mantido dentro de um modelo e pecições cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de divida é mensurado ao VIR. • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebirmento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são a penas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento partimionial que não seja mantido para regociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros afocias finados com omensurados ao custo amortizado ou ao VIORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VIR. Isso inclui todos os ativos financeiro que de outra forma atentada aos requisitos para ser condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo nar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativa-mente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. <u>Ativos financeiros - Avaliação do</u>

1. Contexto operacional: A Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), com sede na Rua General Manoel de Azambia Brilante, n.º 55, São Paulo, Município de Osasco, tem como objeto principal a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação, modernização e ampliação das instalações as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de junos contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de junos, a correspondêncentre a duração do sa tivos financeiros e a duração de passissios relacionados ou saídas esperadas entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas o de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos, ● como o desempenho da ucarteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; ● os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, ● como os gerentes do negócio são remunerados − por exemplo, se a remuneração è baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixas contratuais obtidos; e ● a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, so motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros matidos para negociação ou gerenciados com desempenho ravaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho ravaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros nacieros – avaliação sobre se os fluxos de caixas contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento foiso de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado perío-tempo e perio reconhecimento roso de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado períotempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado perío do de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que li-mitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação principal e juros caso o valor do pre-pagamento represente, em sua maior parte, valores nao pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que e valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas; Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a Esses ativos são mensurados subsequentemente mensurados acusto amortizado por impairment A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento e reconhecido no resultado.

Ativos financeiros de reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Na timo de reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA e reclassificado para o resultado.

ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividen-Instrumentos

dos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassipatrimoniais a VJORA ficados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VIR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como ceiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VIR são mensurados ao valor justo e o resultado (fiquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento. Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balagno patrimonial, mas mantém todos os viscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. <u>Passivos fi</u>dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros. A companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratula de retirada, cancelada ou expira. A companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Contabilidade de hedge (hedge accounting): A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no inicio do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A nota explicativa n.º 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. Hedge de valor justo hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de hedge atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do hedge é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de hedge. O ajuste ao valor justo do item objeto de hedge, oriundo do risco de hedge, e registrado no resultado a partir da data de descontinuação. Hedge de tuxo de caixa: hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma divida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos sua desta procesa de para de procesa de para distinte provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos sua desta de texa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos altamente provável e que possa afetar o resultado. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são re-conhecidos imediatamente no resultado do exercício. Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de hedge é descontinuademonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido,
rescindido ou executado, ou não se qualifica máis como contabilização de hedge. Quando não se
espera mais que a transação objeto de hedge prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados
e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado. Compensação. Os ativos ou
passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Compensação de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. e) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa
abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de
curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. I) Custo de transação na
emissão de títulos de divida: Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros sá
a propriados oa resultado em função da fluência do prazo, com base no metido do custo amortizado,
que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa,

Gazeta de S.Paulo

receita décorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimen-

to inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que

ontinuaçao		CO	NCESSIONARIA DA	S LINHAS 6 E 9 DU	SISTEMA	DE TRENS METROPOLITANOS DE SAO PAU	LU S.A.		
mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nígociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são etamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); passivo, que não são baseadas em dados observáveis de r	observáveis para o ativo ou e • Nível 3: premissas, para	passivo, R\$ 2.184.882 substar a o ativo Além da geração de ca	ncialmente composto por debêr	ntures, detalhados na nota expl	licativa n.º 14.	O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de com prazos e vencimentos equivalentes. No exercício findo em 31 de di como tal, dada sua característica de curto prazo. 14. Debêntures		lo o montante de R\$ 200 como despesa de aluguel deco	orrente de arrendamentos não reconhecio
Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A C guintes riscos advindos do uso de instrumentos financeir as de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) l	companhia apresenta expos ros: a) Risco de crédito; b) Risco financeiro e liquidez.	ição aos 6. Caixa e equivalent Risco de Caixa e bancos A seguir Fundos de investimen	es de caixa to e CDB	2022 6.679 518.893	2021 35 238.308	SérieTaxas contratuaisVencimen1ª Emissão - Série únicaCDI + 1,70% a.a.Junho d2ª Emissão - Série únicaCDI + 1,56% a.a.Junho d	to final transação le 2023 1,9		em 2022 2022 2021 2.237 1.899.696 1.657.748 2.172 901.623 -
ão apresentadas as informações sobre a exposição da Com ncionados e os objetivos, políticas e processos para a mer pidal. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas a ras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a C	nsuração e gerenciamento d o longo destas demonstraçõ	de risco e Os fundos de investim es finan- lente a 12,79% a.a. (nentos e CDB foram remunerad 102,46% do CDI, equivalente a	525.572 dos à taxa mé dia de 102,93% d a 4,50% a.a., em 31 de dezembi		Total geral Circulante Debêntures Custos de transacão			4.409 <u>2.801.319</u> <u>1.657.748</u> 2.805.728 - (4.409) -
inadimplência de suas contrapartes ou de instituições fi de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a uações financeira e patrimonial das contrapartes, assim co	inanceiras depositárias de adota-se como prática a aná omo a definição de limites d	recursos álise das le crédito Circulante	Saldo inicial	2022 Adições Recebimento	Saldo final	Não circulante Debêntures			<u>2.801.319</u> <u>-</u> - 1.664.337
companhamento permanente das posições em aberto. No s, somente são realizadas operações com instituições fincias de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: jução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de os	nceiras de baixo risco, avali: : Decorre da possibilidade d	adas por Total geral de sofrer (a) Refere-se a saldo		163.617 (128.185) 163.617 (128.185) nanda, o qual é recebido ao long	35.432 35.432 go do trimestre	Custos de transação (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de trans		17. Receitas operacionais líquidas	- (6.589) - 1.657.748
oré seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está ncipalmente relacionadas às variações do Certificado de I debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras	exposta a taxas de juros flu Depósito Interbancário (CDI) s são em sua maioria vinci	utuantes,) relativo social - correntes e culadas à no resultado é demons	liferidos: A conciliação do imp	ciliação do imposto de renda e osto de renda e contribuição so		dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somen fluência do prazo de cada transação. Carantias : (b) Aval/fiança corpo de sua participação acionária direta/indireta. A Companhia possui d	nte serão conhecidas com a prativa da CCR na proporção	Receitas metroviárias Receita de mitigação de demanda Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2022 20 688.837 163.617 148.507 16.2
riação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser ol 14 e 19. c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possil mbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidaçã anceiro e liquidez: Decorre da escolha entre capital própr	bilidade de oscilações das ão de passivos financeiros.	taxas de Lucro (prejuízo) antes d) Risco Alíquota nominal	do imposto de renda e contribi	34% _	2021 (74.794) 34% 25.430	cross default e/ou cross acceleration, ou seja, que estabelecem vencin de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados. Os indi monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há que	nento antecipado, caso deixe cadores são constantemente	Receita bruta mpostos sobre receitas Devoluções e abatimentos	148.507 16.2 1.000.961 16.2 (16.730) (15.976)
ros) e capital de terceiros que a Companhia faz para fina riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do o nente os níveis de endividamento de acordo com os padrõ	anciar suas operações. Para capital, são monitorados pe ões de mercado e o cumprin	a mitigar Efeito tributário das ermanen- Equivalência patrim mento de Despesas indedutíve	adições e exclusões permanen onial is	tes 1.420 (341)	(23)	dos as debêntures. Informações adicionais: Debêntures: Em 15 de e zada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em açõe com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em sé	dezembro de 2022, foi reali- es, da espécie quirografária, érie única, para distribuição	Deduções das receitas brutas Receita operacional 18. Resultado financeiro	(32,706) 968.255 16.2
lices (<i>covenants</i>) previstos em contratos de debêntures. Inf trumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas resg ujunte apresenta os passivos financeiros derivativos e não d respondentes ao período remanescente no balanco patrim	pectivas notas explicativas. (derivativos, por faixas de ven	O quadro Uuros sobre capital p icimento, Incentivos relativos :	ao imposto de renda (PAT e pro	(5) 698 orrogação 164	(126)	pública, com esforços restritos de distribuição no valor nominal total tures são remuneradas pelo IPCA + 6,43% a.a O principal será pag parti de 15 de abril de 2027 com vencimento em 15 de outubro de 20 parcelas semestrais, a partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas comparados partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas comparados partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas comparados partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas parcelas partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas parcelas partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas parcelas parcelas parcelas partir de 15 de abril de 2023. Até a presente da parcelas parcelas parc	go em parcelas semestrais a 148. Os juros serão pagos em	Despesas financeiras luros sobre debêntures Comissão de fiancas	2022 20 (297.522) (66.4 (27.669) (14.6)
nento. Esses valores são brutos e não descontados, e inclue	em pagamento de juros cont Menos de 1 ano 3.003.674 Entre 1	tratuais: e 2 anos Despesa de imposto d Impostos correntes		23 (30.367) (4.137) (26.230)	(1) 25.280	Isto ocorreu pois existem condições precedentes para a integralizaçã mento posterior a subscrição, que ocorreu em 29 de dezembro de 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de financiamento media	o que tem prazo de cumpri- 022. Financiamento: Em 22 inte abertura de crédito com	/ariações cambiais sobre fornecedores estrangeiros Ajuste a valor presente e variação - arrendamento Faxas e outras despesas financeiras	(190) (27) (3.174) (4
necedores e outras contas a pagar necedores - partes relacionadas Valores brutos dos custos de transação.	48.251 36.944	327 Impostos diferidos Alíquota efetiva do im	posto	(26.230) (30.367) 31,94%	25.280 25.280 33,80%	o BNDES, no valor total de R\$ 2.100.000, sendo R\$ 850.000 do sub subcrédito B. O subcrédito A será remunerado pelo IPCA + 7,91% a. parcelas mensais de 15 de abril de 2023 até 15 de janeiro de 2027 e e de 15 de fevereiro de 2027. O principal será pago em parcelas mensai	a Os juros serão pagos em em parcelas mensais a partir	Capitalização de custos de debêntures Receitas financeiras Rendimento sobre aplicações financeiras	64.639 10.8 (263.943) (70.74 55.043 10.0
Impostos diferidos: O imposto de renda e da contribuição :	social diferidos têm as segu Reconho 2021 no resu	ecido Reconhecidos no	Valor líquido A	2022 tivo fiscal diferido Passivo	fiscal diferido	até 15 de dezembro de 2048. O subcrédito B será remunerado pelo I serão pagos em parcelas mensais de 15 de abril de 2023 até 15 de ja	PCA + 8,52% a.a Os juros neiro de 2027 e em parcelas	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros luros e outras receitas financeiras	337 129
PJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) pvisão para participação nos resultados (PLR) pvisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	26.516 (1	1.854) - 2.103 - 11 -	24.662 4.155 11	24.662 4.155 11		revereiro de 2027 até 15 de julho de 2041. Até a presente data não hoi BNDES, isto ocorreu pois existem condições precedentes que serão até 15. Obrigações sociais e trabalhistas	uve desembolso por parte do endidas.	Resultado financeiro líquido 19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém o administração desses instrumentos é efetuada por me	
visão para fornecedores spesas pré operacionais endamento	-	2 - (508) - 5 - 1.218) -	2 2.035 5 (6.458)	2 2.035 5	(6.458)	Circulante Salários e remunerações a pagar	7.625 5.729	nternos visando assegurar liquidez, rentabilidade e se o objetivo de proteção é feita por meio de uma análi administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros	gurança. A contratação de derivativos co se periódica da exposição ao risco que
sto de transação de empréstimos stos de debêntures capitalizados sultado de operações com derivativos tros		.934) - 9 (553) 154 -	(25.607)	236	(25.607) (544)	Benefícios, gratificações e participações a pagar Encargos sociais e previdenciários Provisão para férias	6.746 4.674	acompanhamento permanente das condições contratac Vão são efetuadas aplicações de caráter especulativo de risco, assim como em operações definidas como d	em derivativos ou quaisquer outros ativ erivativos exóticos. Os resultados obtic
postos diferidos ativos (passivos) antes da compensação mpensação de imposto posto diferido líquido ativo (passivo)	-	(553) (553) (553)	236 (950) (950)	236 31.106 (31.106)	(32.609) 31.106 (1.503)	Não circulante Gratificações e participações a pagar	531 198 531 198	com estas operações estão condizentes com as polític ração da Companhia. É adotada a manutenção de co dos pagamentos vincendos nos próximos 24 meses, de	ontratos de <i>hedge</i> para proteção de 100 empréstimos e financiamentos em moe
PJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas visão para participação nos resultados (PLR)	Reconhecido no	resultado de 11/06/2021 a 31/1	Valor líquido A 26.516 26.516 2.052 2.052	2021 tivo fiscal diferido Passivo 26.516 2.052	fiscal diferido -	do o valor de R\$ 27.979. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2	nho de 2022, foi integraliza- 2022, já foram integralizados	estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, em contratos de financiamento. Para apoio ao Conse questões financeiras estratégicas, a controladora de la Estratégica formada para parallelaria indicadas pal	lho de Administração da Companhia, r Companhia (CCR S.A.) possui um Com
Mado para participação nos resultados (EEK) sortização custo de transação spesas pré operacionais			(3.673) (3.673) (2.240) (2.240) 2.543 2.543	2.543	(3.673) (2.240)	R\$ 93.989 restando o saldo de R\$ 226.011 a serem integralizados até As ações estão assim distribuídas:		de Estratégia, formado por conselheiros indicados pel ndependentes, que analisa as questões que dizem re companhia, acompanha e informa o Conselho de Admir ais como empréstimos/refinanciamentos de dividas d	speito à política e estrutura financeira iistração sobre questões financeiras cha
tros postos diferidos ativos (passivos) antes da compensação mpensação de imposto			82 25.280 25.280	82 31.193 (5.913) 25.280	(5.913) 5.913	AcionistasacionáriaordináriasCCR S.A.80,00%256.000.0001Ruasinvest Participações S.A.20,00%64.000.000	integralizar integralizado 180.809.000 75.191 45.202.000 18.798	ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, emissão de títulos de dívida e investimentos. Instru rarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os	política de dividendos, emissão de açõ nentos financeiros por categoria e h
posto diferido líquido ativo (passivo) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorre Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 3 erações com partes relacionadas, decorrem de transações (31 de dezembro de 2022 e 2	ase negativa da contribuição soci: 2021, assim como as transações	que influenciaram o resultado	o dos exercícios de 2022 e 202	1, relativos às	Participação Ações	Ações a Capital social integralizar integralizado	ativos e passivos financeiros, incluindo os seus nívei nformações sobre o valor justo dos ativos e passivos f se o valor contábil é uma aproximação razoável do valo	inanceiros não mensurados ao valor jus r justo.
_		2022	Saldos	2021	nadae Total	CCR S.A. 80,00% 256.000.000 2 Ruasinvest Participações S.A. 20,00% 64.000.000	203 192 000 52 808	Ativos Valor justo através do resultado	<u>Nível 2022 20</u>
vo	ontroladora Controlada	234.538 23 5.875	14.538 - 9 - 5.933 3		1.216 1.219	b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apura nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do lucro límite de 20% do lucro límite de 20% de setanção de lucros.	do capital social. c. Reser-	Caixa e bancos Aplicações financeiras Contas a receber - operações com derivativos	Nível 2 6.679 Nível 2 518.893 238.3 Nível 2 1.600
ntas a receier ivativos idendos antamento para futuro aumento de capital	- 1.044	710	710 - 1.044 -	1	1	va de retenção de lucros: Foi constituída em razão de retenção de lu termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamenta elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Admi Geral Ordinária. d. Reserva de lucros a realizar: Reserva de lucros a	da em orçamento de capital, inistração e pela Assembleia	Custo amortizado Contas a receber do Poder Concedente	<u>527.172</u> 238.3 35.432
ssivo necedores e contas a pagar ridendos e juros sobre capital próprio	2.675 - 3.609 -	-	3.609 10.749 -	:	8.768 19.517	valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada e. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o com a lei das sociedades por ações (lei n.º 6.404/1976). Os requerimer	do lucro líquido do exercício. o estatuto social e de acordo ntos relativos aos dividendos	Contas a receber - partes relacionadas Passivos Custo amortizado	5.933 1.2 41.365 1.2
tros débitos bêntures ——		945.837 9 4	389 - 15.837 - Transações	2021	: :	mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos Lucro líquido do exercício (-) Constituição de reserva legal	64.709 (760)	Debêntures (a) Fornecedores e outras contas a pagar Fornecedores - partes relacionadas	(2.801.319) (1.657.74 (48.578) (6.91 (36.944) (19.51
spesas financeiras	Controladora Out	tras partes relacionadas		Outras partes relacionada 2.14	6 10.732	Lucro líquido ajustado Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado Juros sobre capital próprio aprovado	63.949 15.987 (2.053)	a) Os valores líquidos dos custos de transação.	(2.886.841) (1.684.17 (2.318.304) (1.444.61
stos/despesas - fornecimento/manutenção fibra óptica passe de custos e despesas de colaboradores passe de custos e despesas - CCR GBS	1.589 19.998	7.203 27	.348 -		: :	Dividendo mínimo obrigatório f. Ajuste de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transfe	(1.864) s efeitos de h <i>edge</i> de fluxo de rido para o resultado ou para	■ Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Ca esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os s 2022	
ceitas de aplicações financeiras nefício da previdência privada de colaboradores ceita de mutua cooperação obilizado		249	.981 - 249 - 111 - 869			o ativo não circulante à medida da realização das operações protegid próprio: Em 16 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no dezembro de 2021, (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais r	de Reunião do Conselho de o patrimônio líquido de 31 de	Valor contábil Valor i Debêntures (a) 2.805.728 2.824 (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de tra	usto Valor contábil Valor ju: .859 1.664.337 1.704.5
spesas - serviços especializados e consultorias spesas com profissionais chaves da Administração		2021 Saldos a nagar aos n	9 - rofissionais chave da Adminis	tração 202	2 2021	2022, exceto quanto ao lucro do próprio exercício), no valor bruto de F R\$0,00641476328 por ação, após a dedução do imposto de renda na quido é de R\$1.745. Serão pagos conforme vier a ser deliberado oport	R\$ 2.053, correspondentes a fonte de 15%, o montante lí-	nstrumentos financeiros derivativos: As operações con de 2022, tem por objetivo principal a proteção contra fi uros, sem caráter especulativo. Dessa forma, eram car	m dérivativos em aberto em 31 de dezem lutuações de outros indexadores e taxas
muneração (a) nefícios de curto prazo - remuneração fixa tros benefícios: rovisão para remuneração variável	860	433 Remuneração dos adr (a) Contempla valor to	ninistradores (a) otal de remuneração fixa e variá	1.095 ável atribuível aos membros da	,	aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, "ad Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exe Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos con	referendum" da Assembleia ercício social.	estão registrados pelo seu valor justo por meio do resulta NDF para proteção de riscos cambiais dos contratos co	do. A Companhia ao longo de 2022 contrat
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ani Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano Previdência privada		252 a remuneração anual	dos membros do conselho de	realizada em 29 de abril de 20 e administração e diretoria da 0 ui salários, benefícios, remune	Companhia no	Valor de n (Noci	eferência Valores bru onal) e liq	os contratados uidados Efeito acumulado ecebidos/(pagos) Valores a receber/a pagar (Resultado Ganho/(perda) em resultado abrangent
Seguro de vida . Investimentos: a) Composição dos investimentos	2.455		buição para seguridade social.			NDF - riscos de câmbio 2022 ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 2022 a 2023 51.165 51.165 51.165		2	2022 20 1.302 1.302
Participação <u>Patrimônio líquido da inve</u> 2022 (Não	2021 Inverse I	estimentos	sultado líquido do exercício 2022 20 (Não revisa	Resultado de equivalência 021 2022 do) (a patrimonial 2021 Não revisado)	Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelec essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a dade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apres	liquidação das transações enve	pressupostos em relação a eventos futuros. A Adminis Ivendo essas estimativas poderá resultar em valores d	tração da Companhia revisa regularme: iferentes dos estimados devido à subjeti
Trilhos 100% 3.133 ala 3.133 Informações financeiras resumidas	- 3. - 3.	133 -	4.176 4.176	- 4.176 - 4.176	-	sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operaçi os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplic variações na moeda estrangeira: Apresentamos no quadro abaixo os	ões com derivativos além das j ados no sentido de apresental valores nominais referentes à	i existentes. A Companhia adotou para os cenários de situação que demonstre sensibilidade relevante de ri variação cambial sobre os contratos de fornecedores es	estresse A e B da análise de sensibilida isco variável. Análise de sensibilidade trangeiros sujeitos a esse risco. Os valo
Participação Total do ativo Trilhos 100% 5.656 Movimentação do investimento	Total do passivo circu	ulante e não circulante 2.523	Total das receitas brutas do	Exercício Lucro líquido 5.233	do exercício 4.176	correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio lí taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas do: Operação Risco E		e 25% e 50%, para os cenários A e B. Consolidado - Efeito em	
Trilhos -	do de equivalência patrimor 4.1		2022 apital D	<u>(1.044)</u>	Saldo final 3.133	Compromissos em Euro Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro Fornecimento de Equipamentos Euro	(51	165) - .165 - 88 -	(12.792) (25.5) 12.792 25.5 (22) (42)
. Ativo imobilizado lor de custo Taxa média anual de de veis e utensílios	epreciação %	Saldo inicial	Adições Tran	22 <u>isferências (a)</u> 3.395	Saldo final 3.395	Total do efeito de perda Moedas em 31/12/2022:		5,5694 5,000 mg (2)	(22) 6,9618 8,35
quinas e equipamentos culos obilizações em andamento		- 13.580 13.580	7.381	7.059 5.603 (16.037)	7.059 5.603 4.924	(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo custos de transação, e (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 3 Banco Central do Brasil. Análise de sensibilidade de variações nas t demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de	31/12/2022, divulgadas pelo taxas de juros: Abaixo estão	para calcular os cenários de estresse; (3) Os valores de usto, não estão deduzidos dos custos de transação; e uma depreciação dos fatores de risco (CDI).	e (4) Os cenários de estresse contempl
tal do custo lor de depreciação veis e utensílios	10 18	- 13.580	(95) (698)	-	20.981 (95) (698)	debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.	até 31 de dezembro de 2023	20. Compromissos vinculados a contratos de conces em seu contrato de concessão que contemplam investir ealizadas durante o prazo da concessão. Os valores	nentos (melhorias e manutenções) a ser demonstrados abaixo refletem o valor o
quinas e equipamentos culos al da depreciação al geral	25	13.580	(1.047) (1.840) 5.541	20	(1.047) (1.840) 19.141	Exposição Cenári Risco em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁴⁾ prováv	no resultado io Cenário A Cenário B	nvestimentos estabelecidos no início do contrato de c ndices de reajuste tarifário da Companhia:	oncessão e atualizados anualmente pe 2022 20 3,755,737 3,595,8
lor de custo ———————————————————————————————————	2021 Adições Sa	aldo final 13.580 Valor de custo		2021 Adições Transferênci		CDI (2) 2.805.728 (196.22) Efeito sobre debêntures (196.22) CDI (2) 518.893 44.44	11 55.269 65.998	Compromisso de investimento Ds valores acima não incluem eventuais investimento o 21. Demonstrações dos fluxos de caixa: a. As transa indo em 31 de dezembro de 2022, estão apresentadas	contingentes e de nível de serviço. ções que não afetam o caixa, no exercí
al do custo Reclassificações entre ativo imobilizado, infraestrutura en am acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debênt		13.580 Direitos de exploração ivel. Direitos de uso de sist	emas informatizados em anda	995.386	- 1.582 - 995.386	Efeito sobre as aplicações financeiras 44,44 Total do efeito de ganho/(perda) (151.78/ A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾ : CDI ⁽²⁾ 13,65 ⁽⁵⁾	4) (182.833) (213.335)	Fornecedores Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	103 103
dezembro 2022 (R\$ 280 em 31 de dezembro 2021). As taxa 1021 foram respectivamente de 8,66% a.a. e 3,40% a.a., do médio de debêntures).	as médias de capitalização (em 2022 Total do custo dido pelo Infraestrutura em co (a) Reclassificações	nstrução (c) entre infraestrutura em consi	1.069.509 17.4 371.187 (17.49 trução, ativo intangível e ativ	97 1.087.006 97) 353.690 o imobilizado;	(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A meses do cálculo: Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as p taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgado	mesma foi utilizada nos 12 oremissas para obtenção da da pela B3; onde os passivos	Adições ao ativo intangível Ef eito no caixa líquido das atividades de investiment o o. A Companhia classifica os juros pagos como ativida	de de financiamento, por entender que
	2021 2022 Saldo Transfe- nicial Adições rências (a)	Saldo trução são as obras o de Santo Amaro; (d)	de requalificação e adequação Refere-se a outorga paga com	o; (c) As principais infraestruto o da infraestrutura de integração o condição precedente para a s intangíveis, custos de debên	ão da Estação assinatura do	atrelados ao CDİ são maiores que as aplicações financeiras, considera c. Reconciliação das atividades de financiamento		classificação melhor representa os fluxos de obtenção o	
or de custo eitos de exploração da infraestrutura 90 eitos de uso de sistemas informatizados		tante de R\$ 63.719 ei 194.037 taxas médias de capit 3.792 (custo de debêntures	m 31 de dezembro de 2022 (de alização em 2022 e 2021 foram dividido pelo saldo médio de do	e R\$ 10.524 em 31 de dezembro n respectivamente de 8,66% a.a ebêntures).	o de 2021). As	Variações dos fluxos de caixa de financiamento Liquidação de operações com derivativos	(1.657.748)	6.010) - (28)	- (1.723.75
eitos de uso de sistemas formatizados em andamento	1.582 2.543 (3.812) 5.386	313 995.386	Direito de uso em arrendame 2021 Saldo inicial Adiçõe		Saldo final	Captações (líquidas dos custos de transação) Pagamentos de principal e juros Integralização de capital social		 	- (846.04 79 - (27.9)
al do custo or de amortização eitos de exploração da infraestrutura (b) eitos de uso de sistemas	7.006 18.600 87.922 1 - (3.288) -	.193.528 Máquinas e equipame (3.288) b) Passivo de arrend 202	amento	333 (6. 333 (6.	3) 270 3) 270	Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento Outras variações Despesas com juros, variação monetária		77.979) (28)	79 (873.9) - (297.5)
ritor da concessão (b)	- (392) - - (22.053) - - (25.733) -	(392) Sald	lo Adições/re- Ajuste	a valor resente Pagamentos Transfel	rências final	Reversão do ajuste a valor presente Resultado das operações com derivativos e valor justo Outras variações que não afetam caixa		1.628	(27) (27) (333) (333) (333)

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

Composição do Conselho de Administração

Márcio Magalhães Hannas - Presidente Luciano José Porto Fernandes - Membro Efetivo Gustavo Marques do Canto Lopes - Membro Efetivo Gustavo Marques do Canto Lopes - Membro Efetivo Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Membro Efetivo

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Siste-ma de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimal inal em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis data, bem como as córrespondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nosas opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os principios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtás é suficiente e de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtás é suficiente e de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa audito-

exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de recei-tas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode fer efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluíndo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não excomo significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao asopinião sobre as demonstrações finânceiras não abrange o Relatório da Administração e não ex-pressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a au-

fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Compa-nhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerranhìa ou cessar suas óperações, ou não tenha nenhuma alternativá realista para evitar o enceiramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos susájunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuá-rios tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta nossa auutroria do exercicio corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa quotroria de conclusão de auutroria em resposta a das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa ria das demonstrações financeiras, o, nossa responsabilidade é a de leir o Relatório da Administração de gastos relacionados aos ativos de concessão. Veja as Notas 3 (i) 3 (p) está se concessão. Veja as Notas 3 (i) 3 (p) está perior de evenção de describado de suditoria está perior de evenção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que suntos. Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão. Veja as Notas 3 (i) 3 (p) está perior de evenção de devenção relevante resultante de fraude pode envolver o ato de buvar forma, o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de buvar forma, o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de buvar so controles internos, confluio, e 12 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: Em 31 de dezembro de 2022, a companhia reconiteceu o monitante de R\$ \$35.875 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão. Conferente ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, conferente a vertações financeiras e variado de metado de montrações financeiras. A administração de adequada a defensada do controles gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que pela elemonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabi-

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/0-0 Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto
que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorde demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no
presentação da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorde demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no
incorde demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no
incorde demonstrações financeiras periode de continuidade operaciona
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de distorção relevante, independentemente se causada por
de demonstrações financeiras inverse de acordo com as práticas contábeis adotadas no
indicator de des estimativas contábeis e respectivas dividadas contábeis e respe ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidad operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten ção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do lacance planejado, da época da aciditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências signifição em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financei ditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que fo ram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que fo considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse as sunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgaçã pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o as sunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal co municação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicaçã para o interesse público.

São Paulo, 09 de abril de 2023. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/0-0 F SP Alyster Suusmann Pere Contador CRC 1SP230426/0-9

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11° CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.405.283, em 13 de abril de 2022, neste Serviço Registral, REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do
Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentado
por VALTER ROSTAIZER KLEIN, brasileiro, autônomo, casado com IVA LUCIA DE SOUZA KLEIN,
brasileira, do lar, residentes e domiciliados nesta Capital; os quais alegam deter a posse mansa e
pacífica, com animus domini, somada a de seus antecessores, desde 1990, adquirida através de supacinica, com animus obrimin, somada a de seus antecessores, desde 1930, adquinda atraves de su-cessão dos país do primeiro nomeado Mario Rostaizer Klein e Conceição Raguzzo, com anuência dos demais herdeiros; posse essa que se refere ao IMÓVEL situado na Rua Mário Gonçalves dos Santos, nº 109, antiga Rua Coronel João Cabanas, antes Rua Projetada, no Bairro do Rio Bonito, 32° Sub-distrito - Capela do Socorro, com a área de superfície de 389,29mº e área construída de 284,96m², tributado em área maior sob o nº 175.157.0106-3; imóvel esse que se acha registrado em área maior conforme a matrícula nº 87.101. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos BENEDITO VIEIRA DÁ SILVA e sua mulher CHRISTINA DE JESUS SILVA, CECILIA KLEIN LUKO, LUKO JOSEF, MARIO ROSTAIZER KLEIN, CONCEIÇÃO DE JESUS SILVA, CECILIA KLEIN LUKO, LUKO JOSEF, MARIO ROSTAIZER KLEIN, CONCEIÇAO RAGUSO KLEIN, OSWALDO ROSTAIZER KLEIN, CARMEN DO NASCIMENTO KLEIN, ALCIDES ROSTAIZER KLEIN, MAGDALENA KLEIN, ARISTIDES LAZ KLEIN, JACIRA DOMICIANO KLEIN, ODILA KLEIN APOLONIO, DUILIO APOLONI, OLINDA KLEIN DOS SANTOS, PEDRO BATISTA DOS SANTOS, LUCIA KLEIN PIPOLINI, GERALDO PIPOLINI, JOSE LAZ KLEIN, PEDRO LAZ KLEIN, ANA LUCIA RODRIGUES KLEIN, JACOB LAZ KLEIN, ROGERIO DIAS GOMES, ANA MARIA ROSTAIZER GOMES, PEDRO ANTONIO DOMINGUES SAMPAIO, ARON TANDEITNIK, LUCIA KOILLER TANDEITNIK, ESTEBAN IGNÁCIO SCHREIBER WESOVA, ANNA VERA SCHREIBER, JOSE KREIMER, MINA KREIMER, BENJAMIN KLAJMAN, MARTHA KLAJMAN, DELCIO DA SILVA, NILZA EUSTAQUIA SILVA, LUCIANO SILVA FRAGA, VIRGINIA HELENA DA SILVA FRAGA, oferecerem eventualicis i monugarão(ões) desde quie, fiundamentada(s) em face ao titular de odmínio, bem aseventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem as-sim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 días da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-Á da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 07 de março de 2023. O Oficial.

11º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Lei 9.514/97 - EDUARDO OLIVEIRA, Oficial Substituto do 11º Registro de Imóveis da Capital/SP, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, situada na Rua Nelson Gama de Oliveira, nº 235, Vila Andrade, foi **prenotado sob o nº 1.423.532** requerimento feito pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04 a qualidade de credora fiduciária, objetivando a intimação da devedora fiduciante, CAROLINA SANTOS ROCHA, brasileira, solteira, maior, a qual se encontra em local incerto e não sabido, confor ne certidões expedidas pelos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, de forma que, a teor do que dispõe o § 4º do artigo 26 da Lei 9.514/97, fica intimada a comparecer neste Serviço de Registro de Imóveis, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de fetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, **totalizando o débit**o em 08 de marco de 2023 o valor de R\$14.809.45 (Quatorze mil. oitocentos de nove reais e qua renta e cinco centavos), em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato par-ticular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 478.339, referente ao <u>Apartamento</u> nº 122, localizado no 12° andar da Torre 2, integrante do empreendimento denominado "Condomínio Residencial Dez Vila das Belezas", situado na Rua Joaquim Nunes Teixeira, nº 236, 29º Subdistrito Santo Amaro; - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal da fiduciante e de todas as despesas com a publicação deste Edital Fica INTIMADA a mencionada devedora fiduciante que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, será a mesma considerada como intimada e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credo-ra-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 08 de março de 2023. **EDUARDO OLIVEIRA -** *Oficial Substituto*

Saldo Final

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11° CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi perotado sob o nº 1.372.242, em 08 de setembro de 2021, neste Serviço Registral, REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO (Usucapião Extraordinária – artigos 1.238, 1.243 e 1.207 ambos do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por VICENTE PEREIRA DE PAÍVA, aposentado, brasileiro, casado com MARIA APARECIDA FERREIRA MEIRELES DE PAÍVA, brasileira, doméstica, residentes e documentos perte Capital es que is alegam detar a posse a magica per configer com primus domirio, desde com MARIA APARECIDA FERREIRA MEIRELES DE PAIVA, brasileira, doméstica, residentes e domiciliados nesta Capital, os quais alegam deter a posse mansa e pacifica, com aminus domini, desde
1986, adquirida através de Instrumento Particular (extraviado) celebrado com Emidio Alves, conforme
procuração datada de 30 de janeiro de 1986; posse essa que se refere ao IMÔVEL correspondente ac
TERREÑO situado na Rua das Modulações, nº 48, antiga Rua "R" e Estrada da Baronesa, com área
de superfície de 306,00m², no 32º Subdistrito – Capela do Socorro, cadastrado na Municipalidade de
São Paulo pelo contribuinte sob o nº 165.393.0048-3; imóvel esse que se acha registrado conforme a
matrícula nº 422.686 deste Cartório sob a titularidade dominial de Shozo Kagohara. Esta publicação é
feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião.
Extrajudicia para querendo possem eventuais terceiros interessados ou os notificandos SHOZO feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos SHÖZO KAGOHARA, EMIDIO ALVES, MARIA DA GLORIA ALVES, JOSE EDUARDO DE ASSIS, MARIA EULINA DE ASSIS, MARIA VALDETE FONTES, JOÃO VIEIRA GOMES, MARIA AMÉLIA GOMES, ANTONIO DOS REIS FERREIRA; e LAERCIO ROBERTO ALVES oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 07 de março de 2023. O Oficial. março de 2023. O Oficial.

www.gazetasp.com.br

Composição da Diretoria

Paulo Fernando Mainenti Ferreira - Diretor